

ESPAÇO ABERTO

A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável

MARCOS VILLELA PEREIRA

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Minha contribuição com este ensaio não pretende muito mais que ajudar a colocar em questão um aspecto muito particular da escrita: *a relatividade do valor de verdade no âmbito da escrita acadêmica*. Longe de esgotar a questão, vou me inscrever em um debate interminável sobre o poder da palavra. E, para isso, vou também me servir da palavra: a palavra para tratar da palavra. E essa circularidade vai contribuir para fazer aparecer em nosso caminho um sem-número de armadilhas que, na maior parte das vezes, vou apenas mencionar e deixar vir à tona. Vou começar pela indicação de dois extremos e, a partir disso, chafurdar em algumas possibilidades que surgem nesse infinito campo, limitado por esses extremos.

Em um extremo, a palavra representa a *prisão do pensamento*. Violência contra o movimento infinito e intensivo que é o fluxo da consciência, ela fixa, demarca, regula e constrange o pensamento. Se o exercício do pensar é da ordem do ensaio e da criação, a palavra surge aí como a marca de uma positividade castradora, o exercício do limite. Nesse caso, parto do suposto de que “nenhuma palavra basta”, ou seja, nenhuma palavra é bastante para dizer tudo aquilo (na extensão e na intensidade) que ela pretende dizer. A palavra, nesse caso, é uma cornucópia ao contrário: tenta-se colocar dentro dela, em sua forma limitada, o infinito de significações e sentidos que provêm da vida e do mundo.

Em outro extremo, a palavra representa a *liberdade do pensamento*. A palavra dá vida, a palavra faz ver, a palavra cria. A palavra dá corpo ao conceito, ao pensa-

mento, à sensação, à emoção, à invenção. A palavra é substrato para a verdade, é porto seguro para evitar o deslizamento contínuo do tempo. A palavra, nesse caso, é o próprio tempo, é o mundo encarnado. A palavra faz existir. Só existe aquilo que se pode dizer, como em um arremedo da criação divina. A palavra é o cerne da linguagem, e a linguagem é a casa do ser.

Entre esses dois extremos, um infinito conjunto de possibilidades e, por isso mesmo, impossível de ser contido em um arranjo definitivo, um postulado universal. Justamente por isso, a necessidade da negociação. Negociação de significados, negociação de sentidos, negociação de verdades. Tanto faz se falamos de ciência, de conversa, de poesia ou de literatura: a palavra é, ao mesmo tempo, uma arena política, uma arma e um efeito da negociação.

Neste ensaio, pretendo pontuar uma forma de expressão da palavra: a palavra escrita. Mais que isso, a escrita no âmbito do ambiente acadêmico. Escrita de tese, de artigo, de ensaio, de dissertação. Escrita propositalmente arranjada para produzir efeitos de verdade. Se bem que toda escrita – mesmo a ficcional, a poética, ou a mítica – sempre produz efeitos de verdade. Porque ela é sempre verdadeira enquanto enunciado, enquanto significante de algo. Quiçá, no máximo, possamos colocar em questão a veracidade do seu referente. Mas não podemos colocar em questão a condição positiva da verdade, ainda que contingente, da escrita. Mas, enfim, não é esse o meu propósito aqui. Antes, pretendo me pautar pela demanda que a vida acadêmica impõe sobre os sujeitos que a constituem e a vivem.

Para quem se escreve, na academia? A resposta a essa pergunta está condicionada à função primária e operacional da escrita. A escrita pode ser um relato, uma comunicação, um ensaio, um postulado, uma reflexão, uma instrução ou um debate – entre tantas outras possibilidades. Cada um desses tipos de escrita acaba se configurando em razão de um interlocutor diferente. O “para quem” da escrita é constituinte da própria escrita. O destinatário da escrita é, ao mesmo tempo, um sujeito realmente existente e um sujeito possível. Realmente existente porque toda escrita dessa natureza pressupõe um leitor, e esse leitor deve ser tomado como referência para o endereçamento das ideias. Suas características, repertório e posição são indicadores para a escolha de estratégias enunciativas e para a escolha do vocabulário. Mas também é um sujeito possível no sentido de se considerar que a escrita deve atravessar o tempo e durar. Portanto, vale investir em um sujeito que ainda-não está lá para ler, tanto no sentido de alguém que ainda-não existe porque não nasceu como alguém que ainda-não chegou ao campo ou não acedeu àquele lugar de interlocutor *desse* texto.

Não podemos desconsiderar que, ao escrever, também escrevemos para nós mesmos. No nosso cotidiano, levamos a efeito, às vezes, enormes batalhas conceituais que necessitam ser colocadas em palavras para tomar corpo e se constituir em saberes em condições de novamente entrar na arena do interminável debate das ideias. Nesse sentido, escrevemos para nós mesmos, escrevemos para dar passagem a ideias e movimentos que, ao serem escritas, vão nos constituindo academicamente.

Em síntese, posso dizer que a escrita é um campo de negociação do qual participam escritor e leitor, ambos em permanente exercício de negociação e deslocamento no ato articulado (embora diacrônico) de escrever e ler. Diacrônico porque o leitor não lê ao mesmo tempo em que o escritor escreve: existe um significativo intervalo de tempo entre a escrita e a leitura que deverá ser compensado com esses exercícios de negociação a que me refiro.

Quando escreve, para dar consistência à escrita, o autor deve negociar. Negociar com o campo empírico, já que a verdade pretendida não é, de modo geral, uma condição objetiva que existe fora do discurso. Negociar com seu próprio repertório, já que a escrita emerge e articula arranjos possíveis entre o que já se sabe, o que já se conhece e o que se está em via de dizer – muitas vezes, a escrita vem para dizer algo que ainda não sabemos, ela vem justamente para constituir um saber que, até ser escrito, era mero movimento do pensamento. E negociar com o leitor, qualquer que seja a sua condição, como aqui explorei algumas linhas antes.

Para aquecer esse tema da negociação, vou me permitir uma digressão, fazendo referência ao fenômeno da *tradução*. Muitos de nós, que fazemos a academia, estamos limitados não apenas pelas palavras da própria língua, mas igualmente pelas traduções que, no limite, são efeitos do contexto do tradutor e das ferramentas que ele tem para realizar seu trabalho. Nesse caso, não há garantia *a priori* de uma “melhor leitura”, mesmo sendo políglotas. Podemos nos perguntar: quão melhor é (como objeto de leitura) um original em relação à tradução que dele pode fazer um outro?

Estamos defronte a um problema de movimento circular perpétuo que supera as questões de compreensão e interpretação; estamos, talvez, defronte ao problema do irredutível (porque toda tradução, mesmo para o políglota – para o outro que ele mesmo é –, representa uma perda inegável). Então, por exemplo, para aquela pessoa que apenas tem rudimentos de inglês, *The rainbow*, de David Herbert Lawrence, só pode ser “O arco-íris”? Ou seja, se o leitor não tem acesso ao conteúdo original (porque não consegue ler e pensar na língua na qual foi escrito – portanto, não consegue *entrar* na cultura do autor), podemos pensar que, para esse leitor, o original nem existe? Ou que existe mais de um original? Ou que existem originais com diferentes valores e hierarquias?

Certamente, penso que para nós – leitores críticos – existem traduções com diferentes níveis de validade; mas, o que acontece com a palavra e a ideia originais às quais nem todos têm acesso? Enfim, não busco uma resposta para isso, mas posso afirmar que uma das virtudes de se conhecer diversas línguas consiste, quiçá, em deixar de ver um texto escrito em idioma estrangeiro como um objeto fechado ou inacessível, como um ícone misterioso ou um fetiche. Encerro aqui a minha digressão e retorno ao curso do que vinha trabalhando.

A escrita produz-se no limiar do próprio sujeito, no limiar do que existe, na delicada e sutil faixa entre o pensamento e a palavra. Ao escrever, articulamos indissociavelmente três dimensões: a língua, a linguagem e o dizível. A língua, com suas condições, regras, operações, protocolos, correspondências, fazendo as vezes de substrato para o pensamento poder aderir e se desenvolver. A linguagem, aqui

entendida como o arranjo estratégico do discurso em funcionamento, o modo de dizer, proferir, enunciar, narrar, interpelar, proclamar, persuadir, sugerir, induzir etc. E o dizível, por fim, efeito do entrelaçamento entre a palavra e o olhar, aquilo que, porque é possível ser visto e pensado, é possível ser dito – ou, ao contrário, porque é possível ser dito, é possível ser visto e pensado.

Enfim. Como preâmbulo para a minha reflexão, faço questão de reafirmar a ideia de que a escrita é um campo de turbulência, por sua própria natureza. Escrever resulta de um movimento dinâmico de disputa e luta no qual muitas vezes sei como começar, mas, porque escrevo negociando com diferentes condições (inclusive com o *vazio* da escrita ainda-não produzida – a tela em branco ou a folha em branco), não sei ao certo aonde vou chegar. No máximo, até posso saber aonde *quero* chegar, mas a suscetibilidade em que me projeto quando escrevo, muitas vezes, faz abrir insuspeitadas vertentes de escrita durante o escrever que, se não desviarem o curso do exercício, pelo menos permanecerão como apelos reclamantes por novos e posteriores movimentos de escrita.

A ESCRITA DAS CIÊNCIAS

A escrita científica é fundamental para a constituição da ciência. Para além de uma forma da prática e da relação com o mundo, na constituição de verdades, a ciência ancora-se em uma certa *performance* discursiva que constitui campos de validade. A escrita científica busca dar corpo à interpretação objetiva da realidade, superando o imediatismo da opinião e do senso comum, buscando expedientes de universalização e generalidade.

Em grande parte, o que distingue a ciência das demais naturezas de saber é justamente a sua forma de escrita. Para se constituir como tal, a ciência precisa romper com as evidências simples e com alguns códigos primários de leitura do real, propondo uma nova forma de expressão, articulando novas proposições e uma outra perspectiva conceitual (Santos, 1989, p. 32). Nem sempre a verdade científica reside na formulação de novas definições, mas, via de regra, em novas formas de relação entre conceitos já existentes. Esses novos mapas conceituais é que vão dar consistência às novas proposições científicas.

A linguagem científica é o dispositivo que permite o controle e estabelecimento de um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso (Foucault, 1993a, p. 13). A constituição dos campos de conhecimento está fortemente ancorada em um certo tipo de discurso que funciona como um atrator, uma rede de sentidos que viabiliza caminhos argumentativos e compreensivos de modo que dê sustentação aos enunciados válidos.

Historicamente, as ciências procuraram produzir regras de enunciação que contribuíssem para que essa linguagem aparecesse de maneira neutra e impessoal. E essa impessoalidade opera como um artifício que tenta afastar o sujeito da linguagem, como se o texto científico pudesse se elevar para além do mundo e da história. A neutralidade pretendida pelo discurso científico, ao longo dos séculos, contribuiu

para disseminar a ideia acerca da possibilidade de uma verdade universal que, na mesma esteira da linguagem que a enuncia, existe fora do mundo e da história.

O subjetivo e o histórico tornaram-se exemplo da particularidade da qual a ciência procurou se ver livre por muito tempo e, portanto, passaram a ser tomados como indutores de enganos, erros e falsidades. O mundo da ciência fez disseminar a ideia de que éramos capazes de controlar a verdade por intermédio do controle do discurso: apoiados na pretensão de controlar o discurso e sua origem, os cientistas desconsideravam que a gênese da linguagem, do discurso e da escrita é a própria história. Ora, a contingência histórica representa o conjunto de condições de possibilidade da emergência de uma certa linguagem, de um certo discurso, de uma certa gramática e de uma certa semântica.

A ciência, como estatuto estruturante da universidade e do campo acadêmico, pouco a pouco foi conseguindo suplantar a filosofia. No tempo de Schopenhauer, por exemplo, ficava clara a importância que o saber filosófico tinha sobre o saber científico. Seu propósito, quando postulava a ideia de *pensar por si mesmo*, estava ancorado no exercício filosófico e na reflexão, apropriando-se e dominando o próprio saber (Schopenhauer, 2005). A ciência, nessa circunstância, representava ainda antes um efeito da combinação de discursos preexistentes. A filosofia tinha autorização para falar em primeira pessoa; o discurso filosófico – sem perder a clareza, a concisão, a consistência e o rigor argumentativo – era um discurso autoral, proferido em primeira pessoa por aquele que o formulava. A ciência, de outro modo, caminhava na direção da universalidade e, portanto, não podia admitir um discurso que deixasse ver quem o enunciava. A objetividade era o principal dispositivo de garantia do rigor e a pretensa neutralidade era seu principal efeito.

A forma hegemônica da escrita acadêmica, então, aderiu a esses preceitos, e a utilização do modo indicativo (especialmente nos seus tempos presente, pretérito perfeito e futuro do presente) e da terceira pessoa (na forma impessoal do “pensa-se”, “afirma-se”, “sabe-se” etc.) tornou-se expediente exemplar para as proposições discursivas da ciência. O subjuntivo (ou condicional – por exemplo – “se isso...” ou “quando aquilo...”) passa a fazer parte apenas da enunciação do corolário e da argumentação, reabilitando a forma clássica do silogismo. A primeira pessoa (o “eu” que fala) e as formas nominais (notadamente o particípio e o gerúndio – por exemplo – “tem sido...” ou “vem sendo...”) são sumariamente excluídos, uma vez que representam uma abertura para o particular e para o relativo. Teses, dissertações e artigos, se quisessem assegurar a pertinência e a validade, precisaram, por muito tempo, ser escritos em conformidade com essa norma.

O efeito dessa condição é fazer com que se tenha produzido um círculo de submissão entre a língua e a realidade, de modo que a imagem que se fabrica do real tenha *o mais possível* a aparência do real a que se refere. Ou seja, o efeito é a manipulação da palavra com vistas à manipulação das ideias.

Manipular é entrar de assalto ou furtivamente na mentalidade de alguém para ali alojar uma opinião, sem que fique evidente que houve essa invasão (Breton, 1999, p. 21). Desse modo, consegue-se paralisar o julgamento e fazer com que o

sujeito receptor (o leitor, o aluno, a plateia) baixe a guarda e a resistência contra um pensamento que de outro modo não seria aprovado (*idem*, p. 64). As figuras de estilo contribuem para que a comunicação seja unívoca e desvie de formulações ambíguas, duvidosas ou equívocas. Figuras de linguagem, intertextualidade, citações, referências, um sem-número de ferramentas podem ser utilizadas com vistas a produzir um efeito de sedução que capture o receptor e o aprisione em um regime lógico ao qual ele deverá aderir. É como se o texto, nesse caso, pudesse ser colocado acima de qualquer questão. O texto deve convencer; as notas, as citações e as referências devem “provar” (Grafton, 1998, p. 25).

No caso da comunicação científica, o que se quer é que o leitor, a banca examinadora ou o comitê científico que faz a avaliação do trabalho para publicação ou apresentação sejam convencidos, persuadidos de que o que se diz é verdade. É a verdade, nesse caso, ancora-se na resistência que o discurso pode oferecer à contestação e ao questionamento. Mais do que colocar em questão a abordagem ou a empiria apresentadas, trata-se de colocar em análise a matéria discursiva, o corpo retórico do texto. Cada palavra no seu lugar, cada ideia em sua cadeia de coesão, cada argumento em sua posição. O jogo científico assemelha-se ao embate retórico muito comum no campo jurídico: vence aquele que conseguir *provar* que *sua* verdade é mais resistente que a do outro.

E aí já podemos verificar uma sorte de excessos: textos cuja estrutura sobrevém ao sujeito e ao mundo. Textos que se arvoram a uma condição universal. Textos refratários a qualquer forma de questionamento. Imposturas que se apresentam como supostas perfeições linguísticas tentam inverter a posição e, em vez de servir a alguém para disseminar uma ideia, ao contrário, submetem um pensamento a uma determinada constrição. Tentativas de dessubjetivação, desistoricização e despersonalização. Como ilustração desse aspecto, vale mencionar pelo menos três ocorrências.

Uma delas, talvez a mais frequente, aparece no âmbito da escrita científica e técnica, em artigos oriundos especialmente das áreas ditas *duras*, de fora das ciências humanas. Tomando-se, por exemplo, as revistas *Science* ou *Nature*, a tônica dominante nos artigos lá predominantes é a abordagem de objetos (casos, problemas ou experimentos) muito particulares, em que sua apresentação e análise, por força da necessidade de demonstrar uma verdade pontual, redundam em escritos nos quais predomina a forma seca da gramática e da sintaxe, quase sem utilização de figuras nem exercícios de estilo: as frases são objetivas e escritas de forma direta, induzindo o leitor a percorrer um raciocínio inequívoco. Essa *crueza* é um recurso utilizado para fazer da escritura apenas um veículo, um instrumento de comunicação de uma ideia, ela mesma tentando ser inequívoca. A escrita não pode aparecer. O leitor deve ler sem ler. As palavras e a estrutura do texto devem servir quase tão somente para promover a compreensão do objeto de que tratam.

Outra ocorrência dá-se em textos e livros de autoajuda, em manuais para atingir o sucesso e similares. É o tipo de material que se costuma encontrar em livrarias de aeroporto. Os primeiros, de modo geral, são conjuntos de instruções para atingir

estados plenos de bem-estar pessoal, para criar bem os filhos, para superar dramas cotidianos e outros problemas. Não raro, servem-se de referências espiritualistas ou de recursos universalistas, abusando das generalizações e das figuras caricatas. Os segundos são corruptelas de manuais de educação corporativa que anunciam fórmulas mágicas e estratégias milagrosas para obter sucesso nas vendas, na gestão e na carreira profissional. Férteis em simplificações e apresentando o mundo como um ambiente óbvio e previsível, ensinam a atingir os objetivos como num passe de mágica. Uns e outros são exemplares na arte da persuasão e da promessa de efeitos sem maiores consequências, comprometendo a seriedade encontrada em seus modelos originários, o espiritualismo e a teoria corporativa.

A terceira ocorre em alguns exemplares de textos pretensamente filosóficos que, na maioria das vezes, não passam de exercícios de uma escrita fundamentalista com exagero de sofismas que prescindem da ponderação e da contingência. Neologismos, construções frasais barrocas e herméticas e cadeias argumentativas ancoradas em particularismos elevados à condição universal, esses textos costumam seduzir pelo exotismo e pelo ar vanguardista que, via de regra, favorecem uma arrogância que afasta tanto quanto uma soberba que diminui o leitor.

RELATIVIZANDO A VERDADE NA ESCRITA SUBJETIVA

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”, nos diz Foucault (1993a, p. 12). Portanto, a verdade não é simplesmente um caso de correspondência entre os fatos e as palavras que os descrevem e os interpretam. A verdade é o efeito de um exercício de negociação ante a realidade.

Ao adentrar no século XX, tendo atravessado a crise da ciência europeia e tendo vivido a experiência da *incompletude*, da *relatividade* e da *incerteza*, chegamos ao entendimento de que um discurso verdadeiro atende à correspondência entre uma certa compreensão e uma determinada proposição. Para cada sujeito, o mundo é um conjunto de significações e de valores e, portanto, não há uma concepção originária, universal ou absoluta de mundo. Portanto, em se considerando a verdade como um objeto imanente, ela é uma construção singular e histórica. Nenhuma interpretação é, *a priori*, melhor ou pior.

E se essa discussão chegou a ser exclusividade das ciências humanas, chegamos ao final do século XX admitindo que *toda* ciência é humana e que essas classificações servem quando muito para organizar catálogos de bibliotecas ou linhas de financiamento nas agências. No domínio das ciências humanas, por exemplo, a verdade nunca é um índice de si mesma, já que seu objeto, constituído pelas diferentes possibilidades de entendimento do ser humano, lhe escapa constantemente.

Desse modo – e aqui pretendo radicalizar um pouco as considerações –, o que devemos tomar em consideração é que a realidade não tem uma consistência que assegure, *em si*, a sua permanência conceitual. Não existe uma objetividade essencial ou transcendental que sustente uma ideia acerca de uma verdade incon-

dicional sobre o que existe. Rigorosamente, a realidade é um estado da experiência. O que a define é o tanto de realidade que aquele que a experimenta traz consigo como repertório de sentido ou como esquema de representação (Pereira, 2008). Portanto, quero dizer que a realidade tal como a conhecemos é um efeito objetivo de uma experiência subjetiva.

Obviamente, não estou afirmando que o real não existe ou que todo real é racional nem vice-versa. O que pretendo é considerar que o discurso que recobre o real, com o propósito de verdade, depende de uma estratégia de negociação. Que os fatos empíricos existem e são o que são, isso é inegável. Mas a ciência não é um exercício de “numere a segunda coluna de acordo com a primeira” ou um jogo de “ligue os pontos”, mas um exercício de compreensão da realidade num determinado contexto, com um certo propósito e em uma dada contingência, cuja validação deriva da negociação com o campo empírico. Atentando para a fronteira existente entre as condições de ser do sujeito e do objeto, vale pensar que é impossível atravessar uma fronteira sem ser, ao mesmo tempo, atravessado por ela.

A rigor, todo discurso deve ter a pretensão de dizer sempre a verdade. “Falar é *ipso facto* levantar uma pretensão de validade; qualquer pessoa que realiza um ato de fala é obrigada a exprimir pretensões universais à validade e de se supor que é possível honrá-las” (Habermas *apud* Pegoraro, 2006, p. 118). O discurso é uma espécie de negociação, na qual não é permitido excluir ou diminuir ninguém e o que *vale* são os argumentos e não as imposturas retóricas. Um enunciado nunca é proferido ou pronunciado por um único indivíduo, mas consiste no alinhamento de todos os implicados (Foucault, 1996; Habermas, 1987).

Refiro-me aqui à ideia de *ação comunicativa*, uma ação voltada para o entendimento: processo cooperativo de interpretação, no qual os participantes se referem *simultaneamente* a ações no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo. Esse tipo de arranjo permite que as pessoas formulem seu entendimento em comum acordo, sob uma situação em comum, de modo que se reduza ao máximo o risco de mal-entendido.

Os atores buscam entender-se sobre uma situação prática para poder coordenar de comum acordo seus planos de ação e com isto suas ações. O conceito central aqui, o conceito de interpretação, refere-se primordialmente à negociação sobre qual é a verdadeira situação suscetível de consenso. (*idem*, p. 124, tradução minha)

O processo da comunicação não reproduz o mundo da vida de forma mecânica; essa reprodução é sempre reinterpretada contextualmente pelas pessoas, sempre sujeita a receber um “sim/não” por parte dos participantes. A velocidade impressa ao cotidiano pela eficiência requerida pelo mundo da comunicação instantânea nos leva a uma demanda por *performances* cada vez mais elaboradas em agilidade de raciocínio e rapidez de resposta. A reprodução surge no curso de processos cooperativos de interpretação, em que os sujeitos são forçados a negociar, *caso-a-caso*, as situações previamente definidas pelas estruturas de sentido desse mundo. As pessoas são dotadas de uma competência comunicativa que testa sem parar essas estruturas,

conferindo pragmaticamente se o consenso obtido ali continua válido ou precisa ser modificado, por meio do reconhecimento recíproco de determinadas pretensões de validade no decorrer da ação comunicativa (Rüdiger, s./d.). E a verdade, nesse caso, afasta-se daquela ideia de universal incontestável e aproxima-se do plausível.

O que se pode dizer sobre a *verdade* acerca de uma experiência, do ponto de vista formal, é que de um dado conjunto de proposições é possível derivar (ou não) alguma proposição dada. Um argumento *bom* deve ter premissas mais plausíveis que a conclusão (Murcho, 2006). A argumentação ou persuasão racional é o processo por meio do qual se procura estabelecer uma dada conclusão, com base num dado conjunto de premissas. A função de um argumento é persuadir um sujeito da verdade ou plausibilidade da conclusão em causa, por isso, tem de se partir de algo que o sujeito considere mais plausível que a conclusão. Na negociação, os sujeitos entram em embate e têm de ser compelidos racionalmente a aceitar a conclusão por verem que é impossível ou muito improvável que a conclusão seja falsa, dadas as premissas apresentadas (*idem*); por isso, os sujeitos devem fazer com que as premissas sejam tanto ou mais *plausíveis* que a conclusão, caso contrário, recusarão o argumento (recusando pelo menos uma das premissas) e não vão alcançar uma conclusão.

Enfim. Atravessamos o século XIX pensando que a verdade era *uma* verdade. No século XX, alcançamos ver que a *razão* era *uma* forma de racionalidade e que o homem não tem nenhuma essência que o preceda. Portanto, o ato de conhecimento, longe de se constituir como o desvelamento ou o acesso à verdade, é a experiência de construção de *uma* verdade. Temos diante de nós uma realidade que resulta de um sentido que lhe é atribuído pelo sujeito que a experimenta. Não mais uma única forma de racionalidade, uma razão universal, mas uma realidade que se produz na própria experiência do sujeito que, ao existir, fabrica diferentes formas de racionalidade (Pereira, 2008).

Estruturas da racionalidade são sempre associadas com práticas culturalmente compartilhadas e, inversamente, culturas podem ser concebidas como formas de racionalidade (Welsch, 2007, p. 251). Diferentes culturas correspondem a diferentes formas de racionalidade, a diferentes paradigmas. Paradigmas não são construções abstratas alheias à condição histórica ou política, não são pressupostos universais ou princípios absolutos. Antes, paradigmas são formas de racionalidade cultural, histórica e politicamente construídas. Não existe mais nenhuma pergunta que não seria respondida de forma diferente por diferentes paradigmas. A validade das constatações feitas no interior de uma versão de mundo é relativa às premissas dessa versão: no contexto das premissas escolhidas, as afirmações fazem sentido; no contexto de outras premissas, não (*idem, ibidem*).

Uma mesma ideia pode ser verdadeira em um certo contexto e ser falsa em outro contexto. Ante essa condição pluralista, emerge o desconforto e a insegurança e somos tentados a sobrepor à realidade uma impossível aparência invariável. Porém, o exercício da hermenêutica crítica nos permite escapar dessa ilusão e compreender diferentes formas de racionalidade possíveis implicadas na nossa experiência do mundo.

É a plausibilidade que explica como podem os seres humanos, epistemicamente finitos e falíveis, avaliar os argumentos e admitir a pluralização dos paradigmas. E

isso não significa um relativismo liberal em que *tudo pode*. Se *cada* existência é uma situação histórica e cultural que constitui *um* paradigma específico, por sua vez, ela determina singularmente *uma* forma de racionalidade. Então, tudo é plausível se consideramos que essa plausibilidade está ancorada em um regime de verdade produzido no contexto e na contingência de um paradigma. Como não existe um “metaparadigma” que possa abarcar todos os paradigmas, então, resulta aquilo que podemos chamar de *relativismo crítico*.

Diferentes paradigmas só podem ser reunidos entre si em um debate crítico, mas não reduzidos, organizados, ou submetidos uns ao juízo dos outros (*idem*, p. 250), sob pena de se converterem em sintagmas, segmentos argumentativos relacionados com outros enunciados dentro do mesmo contexto. Um relativismo crítico é, talvez, a forma de racionalidade mais plausível se quisermos ser coerentes com o que temos em realidade subjetiva. Obviamente, sempre corremos o risco de resvalar em um particularismo ou em uma totalidade em que não é possível negociar: no particularismo, a negociação não é possível porque o que vale é a especificidade do particular; na totalidade, porque o sentido da totalização é justamente não conceber que nada tenha lugar fora dela.

E essa ideia de que a verdade sobre o mundo corresponde a um sentido produzido no contexto de uma certa experiência nos leva a uma condição de relativização que nada tem de permissiva ou leviana. Diferentemente, essa relativização exige de nós um debate crítico rigoroso que nos coloque frente a frente com a nossa própria experiência, nossa própria história e nosso próprio exercício de racionalização. Ao contrário de nos levar na direção de um relativismo *absoluto* (isso, aliás, é uma contradição, figura própria de um campo sintagmático – esse que aqui já critiquei e que também pode produzir tautologias, repetições e superfluidades), queremos ir na direção de um relativismo *esclarecido*, um exercício de crítica e autocrítica no interior de uma realidade partilhada que poderá ser compreendida e interpretada em termos de verossimilhança ou inferência (*idem, ibidem*).

O EXCESSO E OS ABUSOS NA ESCRITA ACADÊMICA

Porém, é inegável que essa flexibilização suscetibilizou uma série de abusos contra a ciência e a filosofia, no âmbito da ciência e da filosofia. Creio que é conhecido de todos aquele episódio de impostura científica no qual, em 1996, o físico Alan Sokal enviou à *Social Text*, uma importante revista acadêmica, um artigo criticando os cânones da matemática burguesa e apresentando a teoria da relatividade de Einstein como uma teoria libertária, na qual a própria ideia de “constante” era derubada. O artigo com 41 páginas – doze de texto e o restante de notas e referências bibliográficas – foi submetido à avaliação e publicado. Em seguida, Sokal publicou um pós-escrito em que afirmava que seu texto anterior era um amontoado de impropriedades sem sentido, apesar das referências bibliográficas verdadeiras. Sokal dizia-se preocupado com os caminhos *pós-modernos* que a esquerda norte-americana estava seguindo e com o relativismo que se espalhava no ambiente acadêmico. Ele

apelou para falsos argumentos de autoridade e, utilizando artifícios lógicos pautados na ideia do postulado de premissas plausíveis para sustentar inverdades, confundiu propositalmente termos conceituais com seus usos vulgares.

Esse caso exemplar é uma ilustração dos abusos e aberrações que a falta de rigor possibilita. Uma onda inter-trans-multidisciplinar acrítica e permissiva possibilitou que aparecessem vínculos nunca antes imaginados entre campos epistemológicos dos mais heterogêneos. Assistimos a uma naturalização do alinhamento, em um mesmo texto, de elementos oriundos da ecologia com a gerência empresarial, por exemplo; ou da nova história com a mecânica quântica; ou da qualidade total com a teoria da complexidade; e tudo recoberto de estilo e retórica, de modo que impressione e intimide qualquer leitor.

É bem verdade que algumas dessas composições proporcionaram a ampliação do espectro de leitura e compreensão da realidade, oportunizando o aparecimento de novas estratégias de ação e intervenção, mas também contribuíram para legitimar uma certa permissividade irresponsável, algumas análises levianas e equivocadas, algumas iniciativas nada adequadas para a interpretação e gestão dos processos nos quais nos vemos envolvidos.

Por exemplo, o prestígio das narrativas associadas à crescente valorização das fontes primárias e sua ampla difusão nos espaços educativos, tendo como correlata a proliferação das escritas autorreferentes, das biografias e histórias de vida de um modo geral (Ratto; Henning, 2011), fortalecem a emergência de imposturas que se disfarçam atrás dos preceitos da *liberdade de estilo* ou das *singularidades*. Longe de assumir uma posição denunciante, importa-me apontar o fato de que a fronteira entre os estudos e pesquisas com histórias de vida e as biografias de modo geral é tênue. Se não atentarmos para as medidas de rigor que a análise costuma oferecer, correm o risco de se converter em crônicas ou narrativas que, a despeito de serem bem escritas e interessantes, deixam de corresponder ao *status* da escrita acadêmica. Nesse caso, podemos nos reportar à crítica dos anos de 1980 e 1990 feita à proliferação dos supostos estudos de cunho etnográfico em educação que, em grande parte, se resumiam a extensas e minuciosas descrições sem o devido aporte reflexivo e analítico que os converteria em material de interesse acadêmico.

Também aparecem em grande número textos em que se multiplicam fórmulas brilhantes, aproximações gratuitas, analogias dispensáveis e desnecessárias, resumos rápidos demais, sínteses fáceis demais (Bouveresse, 2005, p. xix), confirmando a tendência a cometer excessos que se instaura no interior da academia. Se a comparação e a analogia são recursos válidos no campo da escrita acadêmica, isso não quer dizer que seu uso possa ser feito de maneira indiscriminada. Seu uso só é produtivo quando submetido a medidas de rigor, precauções e restrições que assegurem, por um lado, a sua necessidade e, por outro, a sua pertinência. Não raras vezes, o que se verifica é o abuso de referências cruzadas que agenciam obras literárias, teorias científicas, formulações filosóficas e ensaios personalistas, cuja redação final, feita com a utilização de vocabulário específico e estilo hermético, impressiona o leitor, fazendo-o crer que aquela formulação *tão séria* só pode ser pertinente.

Se autores como Gilles Deleuze (1997, p. 11) afirmaram que “escrever é sempre um caso de devir, sempre inacabado, sempre em vias de fazer-se”, ou que devemos escrever para “inventar um povo que falta” (*idem*, p. 14), ou que devemos “operar como estrangeiros em nossa própria língua” (*idem*, p. 16), eles referiam-se muito propriamente à escrita literária. Seu propósito foi justamente descolar a escrita formal (seja a definição de um conceito, na filosofia, seja o enunciado de uma proposição, na ciência) da escrita literária (a passagem de afectos e perceptos para a materialidade da língua) (Deleuze; Guattari, 1992). Só que isso proporcionou um alastramento incontido de escritos que buscaram, pela analogia entre a literatura, a filosofia e a ciência, transpor modos de escrita de um campo a outro. E com o empunhamento de um linguajar muito característico em que os “fluxos”, os “territórios”, os “impossíveis”, a “disrupção” e os “agenciamentos” encharcam os textos criando uma cisão entre os *iniciados* ou *entendidos* e os não iniciados ou não entendidos. De fato, um exercício de soberba acadêmica que, antes de mais nada, afugenta qualquer interessado mais sério e atrai cada vez mais leitores incautos.

Em que pese o risco da deselegância, tomo a liberdade de recorrer a mim mesmo como exemplo desse tipo de movimento. A seguir, recorto um fragmento de minha tese de doutoramento que, julgo, bem ilustra o que estou pretendendo qualificar como um hermetismo que favorece a arrogância e a soberba:

Conteúdo e expressão são as duas variáveis de uma função de estratificação, dizem os autores. Ou seja, a matéria pura é informada, se adensa, se intensifica e gera um estrato. Essa estratificação responde a uma dupla articulação: por um lado, em função das conexões entre as forças, alguns pontos singulares são ativados, num ato de diferenciação. São pulsares, pontos de potência máxima (aquelas *unidades quase moleculares metaestáveis*) que se alinham em uma curva integral, uma linha de atualização, uma linha de devir (aquela *ordem estatística de ligações e sucessões*). Dessa maneira, produz-se o conteúdo de um estrato. Simultaneamente, essa integralização demanda uma *dobra*, ou seja, demanda um adensamento relativamente estável (aquela instauração de *estruturas compactas e funcionais*) para possibilitar a atualização, a molarização, a institucionalização dessas estruturas (aqueles *compostos molares onde as estruturas se atualizam*). Enfim, constitui-se a expressão do estrato. (Pereira, 1996, p. 14, grifos para esta análise)

Esse fragmento buscava, no seu contexto de origem, retomar uma analogia feita por Deleuze e Guattari (1995, p. 54) acerca do postulado de Hjelmslev sobre a função sígnica, projetando-a sob a forma de metáfora (a lagosta, com sua dupla articulação de pinças). O fragmento é um incontestável exemplo de hermetismo abusivo que afronta o leitor. O fascínio pelo linguajar hermético e o alinhamento a autores cultuados também leva, de maneira incontestada, às demonstrações de propriedade nas adjacências: a biblioteca de Deleuze ou de Foucault passam a ser frequentadas como se não houvesse muita coisa além daqueles autores lidos por eles. Ou como se fosse inadmissível para um acadêmico contemporâneo desconhecer Franz Kafka, Marcel Proust, Hermann Melville, Marquês de Sade, Maurice

Blanchot, Von Kleist, Friedrich Nietzsche, Lewis Carroll e outros tantos. Sem falar em Clarice Lispector, Fernando Pessoa e Manoel de Barros, que facilmente foram absorvidos por esse campo atrator de “elevada cultura” e iniciação.

O recurso comumente utilizado é, ao tratar de um tema qualquer (a sala de aula da educação infantil, o cotidiano de uma comunidade de pescadores no século XIX, a importância do ensino de física), invocar a analogia com uma teoria filosófica ou formulação científica que possa representar uma contribuição revolucionária ou um efeito controvertido, de preferência de autoria de um autor exótico e impressionante. Logo depois, algumas linhas adiante, reiterar que o uso feito dessa teoria ou desse autor é apenas metafórico e não deve ser tomado ao pé da letra pelo leitor (Bouveresse, 2005).

Não que a metáfora ou a analogia não tenham valor. Evidentemente, têm. Aquilo a que me refiro, aqui, é à necessidade de sermos *honestos* no trato do conhecimento. Uma metáfora implica que o termo empregado deve conservar, no campo em que for aplicado, todas as relações formais que tinha com os termos no campo original. Qualquer digressão ou deriva já resvala para a alegoria, em que predomina o valor (digamos) poético – aqui tomado no sentido da permissividade criativa. Mas essa *licença poética* exige uma medida de rigor muito mais firme, de modo que a univocidade do postulado não se perca em ambiguidades e equívocos de interpretação. O problema desses excessos são as confusões que proliferam, mais atrapalhando que ajudando a produzir-se um entendimento razoável acerca do objeto que se está estudando.

Uma das autoras criticadas por Sokal e Bricmont, Julia Kristeva (*apud* Bouveresse, 2005, p. 105), diz-nos que “a ciência das ciências humanas nunca foi pura. Ela introduz uma subjetividade mais próxima da literatura que da ciência”. Bem apontado, já que a subjetividade duplicada do sujeito e do objeto suscita uma condição compreensiva que bem justifica a reabilitação do estilo ensaístico inaugurado por Montaigne e abre espaço para a escrita livre dos preceitos formais da ciência positiva. Entretanto, dizer que a subjetividade se coloca *mais próxima* da literatura que da ciência não quer dizer que se troca uma coisa pela outra.

A literatura continua sendo literatura e a ciência continua sendo ciência. O recurso metafórico não deve suplantiar o exercício de uma intelecção conceitual (no caso da filosofia) ou proposicional (no caso da ciência). É indispensável o exercício do juízo e da argumentação, ainda que não tanto pelo que se julga (porque é um *ensaio*), mas pelo exercício do juízo e do argumento. Como instância de produção de conhecimento, o ensaio acadêmico necessariamente deve articular pensamento e escrita, enunciando um problema e, em seguida, exercitando o juízo de modo que explore ponderações, posições possíveis e conclusões plausíveis. O movimento argumentativo será o recurso pelo qual o autor vai estabelecer a negociação com seu leitor. O que não é admissível é uma postura arrogante que tome como ferramenta *slogans* científicos ou filosóficos, frases feitas e palavras de ordem como argumento de autoridade intimidadores do leitor.

Por fim, quero destacar os efeitos que podemos verificar quando um escrito acadêmico, em favor de uma estilização ou estetização superficial (Welsch,

1995), se afasta daquilo que seria seu propósito original. Quando se torna mais importante demonstrar o domínio do vocabulário ou a *performance* do estilo, em detrimento do conteúdo ou das normas epistêmicas, alcançamos um estado equivalente ao cinismo em moral (Bouveresse, 2005, p. 132). Pretender que textos científicos ou filosóficos sejam avaliados antes pelo prazer quase literário que proporcionam é apostar na demagogia, reforçando a falsa impressão de que a ciência e a filosofia em sua formulação mais tradicional são elitistas e que a escrita literária é mais popular.

A escrita acadêmica deixa de ser acadêmica se for descolada dos regimes de verdade que a sustentam. O expediente da *representação*, ainda que exija ser sempre colocado em questão, é imprescindível quando se trata da filosofia e da ciência. Deleuze e Foucault, no célebre debate “Os intelectuais e o poder”, repetem incansavelmente que uma teoria é uma caixa de ferramentas, isto é, é preciso que sirva, é preciso que funcione (Foucault, 1993b, p. 71). Uma teoria não deve ser meramente um enfileiramento de termos que *querem dizer* alguma coisa. Um texto não tem por que ser um exercício de ventriloquismo ou mimetismo acadêmico, mas de outro modo, um exercício analítico e argumentativo que permita que o autor fale *por si*. Ou seja, falar em primeira pessoa, nesse caso, não tem nada a ver com fazer da escrita um confessionário nem um palco narcísico, mas um equipamento de enunciações, ponderações, postulados e argumentos que, em última análise, atualizam uma negociação com o leitor.

CONCLUINDO: A RECUPERAÇÃO DO RAZOÁVEL

Enfim, torno a dizer que meu propósito não é desencadear uma patrulha contra a soberba acadêmica, mas ponderar algumas concepções que em muito comprometem e atrapalham um dos principais propósitos do conhecimento acadêmico: disseminar a felicidade por intermédio do conhecimento. Se queremos uma humanidade com melhores condições de vida, com uma existência mais digna e com maiores índices de felicidade, cumpre-nos prestar atenção para que nosso trabalho cotidiano no interior da academia de fato conduza para alguns arranjos que viabilizem as condições necessárias para isso. Se nos ativermos a exercícios meramente retóricos, se continuarmos permitindo o alastramento de produções fundamentalistas, estaremos andando na contramão desse objetivo.

Também quero me alinhar à necessidade de fortalecermos a *liberdade de pensamento* (aqui entendida como a condição possível daquele que faz escolhas por pensar desta ou daquela maneira) e a *crítica* (aqui entendida como a abertura para compreender que o modo de pensar de outrem, desde que plausível, é uma forma de pensar razoável). Costumo tomar a crítica como sendo a posição de entendermos toda forma de racionalidade como uma forma possível. Tomo a crítica como o entendimento de que as coisas *sempre* poderiam ser pensadas, entendidas e ditas de outro modo. O outro, em sua maneira de viver e interpretar o mundo, representa sempre uma forma de existência plausível. Portanto, reduzir a *crítica* ao ataque à

liberdade de pensamento representa um abuso inadmissível no contexto da academia contemporânea. Assim como a tolerância ilimitada também o é.

Se queremos escapar dos exageros, não se trata de perseguir os exageradores cometendo novos abusos e exageros por patrulhamento, controle e perseguição. O que postulo não é que se coíba o uso de metáforas ou de certos vocabulários ou certos estilos na escrita acadêmica. O que postulo é que se empreguem as metáforas, os vocabulários e os estilos com rigor, honestidade e responsabilidade. Que o razoável se produza como efeito de um exercício maduro de negociação. Negociação de significados, negociação de sentidos e negociação de estilos.

REFERÊNCIAS

- BOUVERESSE, Jacques. *Vertigens e prodígios da analogia: o abuso das belas-letas no pensamento*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- _____.; GUATTARI, Felix. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. A geologia da moral. In: DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 51-90, v. 1.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993a. p. 1-14.
- _____. Os intelectuais e o poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993b. p. 69-78.
- _____. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa I*. Madrid: Taurus, 1987.
- MURCHO, Desidério. *Pensar outra vez: filosofia, valor e verdade*. Vilanova de Famalicão: Quasi, 2006. Disponível em: <http://criticanarede.com/log_epistargument.html>. Acesso em: 7 jul. 2011.
- PEGORARO, Olinto. *Ética dos maiores mestres através da história*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- PEREIRA, Marcos Villela. *A estética da professoralidade: um estudo interdisciplinar sobre a formação do professor*. 1996. Tese (Doutorado em Educação – Supervisão e Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. Utopias contemporâneas para a vida coletiva. *Travessias*, Cascavel, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_002/cultura/utopiascontemporaneas.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2011.
- RATTO, Cleber Gibbon; HENNING, Paula Corrêa. (In) comunicabilidade e tolerância na educação. Notas a partir de Nietzsche e Merleau-Ponty. *Pro-Posições*, Campinas, UNICAMP, v. 22, n. 1 (64), p. 117-130, jan./abr. 2011.

RÜDIGER, Francisco. *A escola de Frankfurt*: Jürgen Habermas. s./d. Disponível em: <http://www.robertexto.com/archivo14/frankfurt_pt.htm>. Acesso em: 1 jul. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

WELSCH, Wolfgang. Estetização e estetização profunda ou: a respeito da atualidade do estético nos dias de hoje. *Porto Arte*, Porto Alegre, UFRGS, v. 6, n. 9, p. 7-22, maio 1995.

_____. Mudança estrutural nas ciências humanas: diagnóstico e sugestões. *Educação*, Porto Alegre, PUCRS, ano XXX, n. 2 (62), p. 237-258, maio/ago. 2007.

SOBRE O AUTOR

MARCOS VILLELA PEREIRA é doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

E-mail: marcos.villela@yahoo.com.br

Recebido em dezembro de 2011

Aprovado em junho de 2012

MARCOS VILLELA PEREIRA

A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável

O artigo propõe uma reflexão pontual sobre a natureza da escrita, colocando em análise procedimentos argumentativos, enunciativos e dispositivos de produção de regimes de verdade no interior de textos acadêmicos. Discute a tensão entre escritor e leitor, constituindo a escrita como um campo turbulento de disputa e negociação de sentidos e significados de modo que a mútua interpelação produza deslocamentos na direção da constituição do sujeito escritor e do sujeito leitor.

Apresenta uma revisão de estilos de escrita acadêmica, apontando potencialidades e fragilidades, destacando-se os riscos que o exagero e o excesso podem produzir nos efeitos de apreensão e compreensão do conteúdo. Propõe, a modo conclusivo, a ponderação e a plausibilidade como estratégias de estabelecimento de uma medida do que seja o razoável no interior da cultura acadêmica.

Palavras-chave: escrita; ponderação; plausibilidade; subjetivação; cultura acadêmica.

Academic writing – from excessive to reasonable

The article proposes a reflection on the nature of writing, analyzing argumentative and enunciative procedures, as well as devices of production of regimes of truth within academic texts. It discusses the tension between the writer and the reader, making writing a turbulent field of dispute and negotiation of meanings and senses so that mutual interpellation produces displacements toward the constitution of the writer and reader subjects. It presents a review of academic writing styles, pointing out potentialities and fragilities, highlighting the risks that exaggeration and excess can bring to content apprehension and understanding. To conclude, it proposes weighing and plausibility as strategies to establish a measure of what is reasonable within the academic culture.

Keywords: writing; weighing; plausibility; subjectivation; academic culture.

Escritura académica – del excesivo al razonable

Este artículo propone una reflexión sobre la naturaleza de la escritura, poniendo en análisis los procedimientos argumentativos, enunciativos y dispositivos de producción de los regímenes de verdad en textos académicos. Debate la tensión entre escritor y lector, comprende la escritura como campo turbulento de disputa y negociación de significados y sentidos de forma que la interpelación mutua produzca desplazamientos hacia la constitución del escritor y el lector. Presenta una revisión de estilos de la escritura académica, destacando puntos fuertes y débiles, poniendo de relieve los riesgos que el exceso y el exagero pueden producir en la aprehensión y comprensión del contenido. Propone, de una manera concluyente, la ponderación y la plausibilidad, como las estrategias para el establecimiento de una medida de lo que constituye razonable en la cultura académica.

Palabras clave: escritura; ponderación; plausibilidad; subjetivación; cultura académica.